

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO DEMONSTRATIVO DE AVALIAÇÃO E CUMPRIMENTO DE METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE DE 2016, E, EM OBEDIÊNCIA AO ARTIGO 4º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000, DE 04 DE MAIO DE 2000, ATENDENDO AINDA, AO DISPOSTO NO PARÁGRAFO 2º DO ART. 165 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REALIZADA NA SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAHU, ÀS 11:00 HORAS DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2016, a qual esteve sob a Presidência do Vereador Lucas de Barros Flores, Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Economia. Foi registrada a presença dos senhores Jorge Luís Alcalde, Presidente da Agência Reguladora SAEMJA, e, Dr. Luiz Fernando Galvão Pinho, Secretário Municipal de Negócios Jurídicos; e da senhora Silvia Helena Sorgi, Secretária Municipal de Economia e Finanças. Presentes ainda, funcionários da Secretaria Municipal de Economia e Finanças, demais servidores municipais, Assessores Parlamentares, profissionais da imprensa e público presente, conforme lista de presença anexa. Iniciando os trabalhos o Vereador Lucas de Barros Flores, Presidente desta Sessão Pública, convidou a senhora Silvia Helena Sorgi, Secretária Municipal de Economia e Finanças, para tornar público o Demonstrativo de Avaliação e Cumprimento das Metas Fiscais do 2º quadrimestre de 2016. A senhora Silvia Helena Sorgi iniciou a sua explanação invocando o artigo 48 e o artigo 9º, parágrafo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal visando à transparência na gestão fiscal, o acesso público aos planos, orçamentos, leis de diretrizes orçamentárias, prestações de contas e demais dispositivos da Lei Complementar 101/2000. Prosseguiu dizendo que, na composição dos resultados seguidamente relatados estavam inclusos os dados dos Poderes Executivo e Legislativo, Administração Direta e Indireta. Ato contínuo, a senhora Secretária passou a tecer considerações acerca da demonstração dos resultados econômico-financeiros e orçamentários referentes ao 2º quadrimestre do exercício de 2016. Foi apresentado gráfico da receita prevista *versus* a receita arrecadada no 2º quadrimestre de 2016, sendo a primeira da ordem de R\$ 414.765.000,00 e a segunda de R\$ 234.437.321,00, o que perfaz 56,52% da previsão total de arrecadação até o momento. Em seguida, foi apresentado o quadro comparativo da receita arrecadada no 2º quadrimestre de 2015 *versus* a receita arrecadada no 2º quadrimestre de 2016. Nesse verificou-se que em 2016 houve um decréscimo de 0,74%. A receita em 2015 no período foi da ordem de R\$ 236.178.822,00 e no mesmo período no ano de 2016 foi de R\$ 234.437.321,00, perfazendo uma variação negativa equivalente a R\$ 1.741.501,00. Após, foi apresentado comparativo da expectativa da arrecadação pelo INPC *versus* a receita arrecadada no 2º quadrimestre de 2016, sendo a primeira da ordem de R\$ 259.218.372,00 e a segunda de R\$ 234.437.321,00, o que significa que a arrecadação ficou R\$ 24.781.051,00, equivalente a 9,56%, abaixo da expectativa da correção do INPC. Em seguida, foi apresentado gráfico contendo as principais receitas referentes aos 2º quadrimestres de 2015 e 2016, a saber: ICMS 2015 – R\$ 42.068.459,00 e ICMS 2016 – R\$ 42.761.913,00 – variação positiva de 1,65%; FUNDEB 2015 – R\$ 31.974.755,00 e FUNDEB 2016 – R\$ 32.616.096,00 – variação positiva de 2,01%; FPM 2015 – R\$ 27.942.597,00 e FPM 2016 – R\$ 37.721.089,00 – variação positiva de 34,99%; IPTU 2015 – R\$ 22.756.155,00 e IPTU 2016 – R\$ 24.667.483,00 – variação positiva de 8,40%; IPVA 2015 – R\$ 20.317.582,00 e IPVA 2016 – R\$ 20.600.289,00 – variação positiva de 1,39%; Santa Casa (Gestão Plena) 2015 – R\$ 15.347.537,00 e Santa Casa (Gestão Plena) 2016 – R\$ 15.147.264,00 – variação negativa de 1,30%; Diversas/Agência Reguladora/IPMJ 2015 – R\$ 29.256.532,00 e Diversas/Agência Reguladora/IPMJ 2016 – R\$ 15.554.989,00 – variação negativa de 46,83%; ISSQN 2015 – R\$ 12.837.503,00 e ISSQN 2016 – R\$ 13.784.992,00 – variação positiva de 7,38%; Receita de Capital 2015 – R\$ 11.020.978,00 e Receita de Capital 2016 – R\$ 7.927.757,00 – variação negativa de 28,07%; Taxa de Ocupação de Vias 2015 – R\$ 4.287.759,00 e Taxa de Ocupação de Vias 2016 – R\$ 4.557.573,00 – variação positiva de 6,29%; Iluminação Pública 2015 – R\$ 4.097.851,00 e Iluminação Pública 2016 – R\$ 3.330.541,00 – variação negativa de 18,72%; QESE Salário Educação 2015 – R\$ 5.125.965,00 e QESE Salário Educação 2016 – R\$ 4.746.769,00 – variação negativa de 7,40%; ITBI 2015 – R\$ 3.500.284,00 e ITBI 2016 – R\$ 3.571.669,00 – variação positiva de 2,04%; Dívida Ativa 2015 – R\$ 3.392.271,00 e Dívida Ativa 2016 – R\$ 4.454.167,00 – variação positiva de 31,30%; IRRF 2015 – R\$ 2.252.594,00 e IRRF 2016 – R\$ 2.994.730,00 – variação positiva de 32,95%; totalizando nos exercícios de 2015 e 2016, respectivamente, R\$ 236.178.822,00 e R\$ 234.437.321,00. Prosseguindo, a senhora Secretária de Economia e Finanças, apresentou o comparativo da despesa empenhada de 2015 e 2016 no mesmo período, a saber: despesa empenhada/2015 – R\$ 328.919.925,00 e despesa empenhada/2016 – R\$ 370.182.809,00, perfazendo um aumento no empenhamento de R\$ 41.262.884,00, equivalente a 12,54%. Ato contínuo, foram apresentadas as principais despesas por categoria econômica: Outras Despesas Correntes – 48,06% - R\$ 177.924.048,00; Investimentos – 14,42% - R\$ 53.383.668,00; Amortização da Dívida – 2,72% - R\$ 10.082.061,00; e, Pessoal e Encargos Sociais – 34,79% - R\$ 128.793.032,00. Na sequência, foi apresentado gráfico das despesas com Ações de Saúde (custeadas com recursos próprios) com percentual empenhado, liquidado e efetivamente pago, respectivamente de 46,05% - R\$ 69.636.416,00; 37,60% - R\$ 56.853.594,00 e 28,13% - R\$ 42.532.546,00. Já as despesas com Ações de Saúde (custeadas com recursos vinculados) tiveram valor empenhado, liquidado e pago respectivamente de R\$ 46.305.706,00, R\$ 39.873.063,00 e R\$ 28.914.189,00. A aplicação acumulada em Ações de Saúde foi da ordem de R\$ 115.942.123,00 efetivamente empenhados até o mês de agosto de 2016. A seguir passou-se à demonstração do quadro comparativo das despesas com pessoal do exercício anterior e do atual (até o mês de agosto). No exercício anterior a receita corrente líquida foi de R\$ 319.274.783,00 e a despesa líquida com pessoal foi de R\$ 121.529.034,00, equivalente a 38,06%. No exercício de 2016 (até o mês de agosto) a receita

corrente líquida foi de R\$ 320.618.250,00 e a despesa líquida com pessoal foi de R\$ 139.418.882,00, equivalente a 43,48%. Salientou ainda, que a Receita Corrente Líquida obteve alta de 0,42% enquanto o gasto total aumentou em 14,72%. Foram apresentados os gráficos das despesas com Aplicação no Ensino (recursos próprios) com percentual empenhado, liquidado e efetivamente pago, respectivamente de 30,85% - R\$ 46.652.543,00, 24,96% - R\$ 37.734.136,00 e 21,14% - R\$ 31.961.123,00. Já as despesas com Aplicação no Ensino (recursos vinculados) com valor empenhado, liquidado e pago, respectivamente de R\$ 39.797.185,60, R\$ 23.328.539,55 e R\$ 16.891.363,10. A aplicação total foi da ordem de R\$ 86.449.728,60. O valor empenhado, liquidado e pago, respectivamente, com recursos do FUNDEB foi de R\$ 45.268.261,00, R\$ 33.412.707,00 e R\$ 28.359.854,00, sendo que a arrecadação do FUNDEB foi de R\$ 32.782.006,00 até a presente data. Em seguida, foi apresentado demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida no valor de R\$ 72.435.661,00, que perfaz 22,59% da receita corrente líquida. De acordo com os artigos 3º e 4º da Resolução 40 do Senado Federal o limite legal permitido é de até 120% da receita corrente líquida. Finalizada a explanação, a senhora Secretária Municipal de Economia e Finanças, Silvia Helena Sorgi, agradeceu a todos os presentes, colocando-se à disposição para dirimir as dúvidas eventualmente suscitadas. Registrada as presenças da senhora Maria Izilda Mattar, Secretária Municipal de Assistência Social; do senhor Celso Antonio Vequi Júnior, Secretário de Esportes do Município; e da senhora Lourdes Caetano, Presidente do IPMJ. O Presidente da Sessão e do evento, Vereador Lucas de Barros Flores, indagou à Imprensa e público em geral, se haveria alguma pergunta a ser formulada à representante da Prefeitura Municipal de Jahu. Fez uso da palavra, arguindo à Secretária Municipal de Economia e Finanças o senhor João Guilherme D'Arcadia. Após breve manifestação, o Presidente da Audiência Pública, Vereador Lucas de Barros Flores, novamente indagou aos presentes, se haveria mais algum questionamento, oportunidade em que mais ninguém manifestou interesse em fazer uso da palavra. Finalizando os trabalhos, o senhor Presidente, agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a presente Audiência Pública. Determinou a mim, Lucianne Oliveira Pussi, Agente Legislativo, sob a supervisão da Diretora Geral da Câmara Municipal, Camila Rafaela Baroni, a elaboração da Ata para registrar o evento, que será disponibilizada para assinaturas das autoridades do Legislativo, do Executivo e da Mesa composta para direção dos trabalhos, fazendo parte integrante desta toda a Documentação supra mencionada, bem como, a Lista de Presentes e o arquivo audiovisual em DVD com a íntegra da Audiência Pública



Silvia Helena Sorgi
Secretária de Economia e Finanças



LUCAS DE B. FLORES
Vereador